



Em torno de um caso de plágio*

Fabio Akcelrud Durão

Unicamp/CNPq

<https://orcid.org/0000-0002-0098-6362>

Entrevistado por

Nabil Araújo

Uerj

<https://orcid.org/0000-0001-6352-2437>

RESUMO

Em 2017, no v. 24, n. 40, de *Matranga*, a seção de Estudos Literários da revista, então editada pelo prof. Nabil Araújo (UERJ), se encerrava com o instigante artigo “Da intransitividade do ensino de literatura”, de autoria do prof. Fabio Akcelrud Durão (Unicamp). Passados três anos, *Matranga* reúne, nesta seção, os referidos autor e editor, a fim de repercutirem o lamentável caso do plágio internacional de que recentemente foi alvo o artigo em questão.

A case of plagiarism

ABSTRACT

In 2017, in v. 25, n. 40, MATRAGA, in the section Literary Studies, edited by Nabil Araújo, published a thought-provoking article “Teaching Literature: an intransitive practice”, by Fabio Ackelrud Durão (Unicamp). Three years later, editor and writer are gathered here in order to disclose a regrettable case of international plagiarism that article has suffered.

Talvez você já tenha passado por isso: ao buscar seu carro, encontra somente um espaço em branco, a vaga vazia. A percepção do roubo só acontece após um instante de perplexidade perante uma incongruência lógica, um nada onde deveria haver algo. Essa é a melhor analogia que consigo encontrar para a sensação que tive ao ler o artigo de Dr. D. Sumalatha, “Intransitivity of Literature Teaching”, publicado no *Research Journal of English Language and Literature* (RJELAL, ISSN 2395-2636 [print], 2321-3198 [online], vol. 7, issue 4, Oct.-Dec. 2019, pp. 476-482). Não se tratava de um vácuo onde deveria haver uma coisa, mas de uma estranheza diante de uma extrema familiaridade. O que tinha diante de mim era um texto meu, “inteiro”, mal traduzido para o inglês, sob o nome de um outro autor. A citação tem que ser longa, para tentar reproduzir adequadamente o impacto da cópia.

* Agradeço a André Cechinel por sua leitura e os excelentes comentários ao texto.



Intransitivity of literature teaching

Dr. D. SUMALATHA

Assistant Professor of English, ANU College of Engineering and Technology, Nagarjuna Nagar

Any practice of teaching literature takes place against the backdrop of what is conceived to be its object. This does not mean that the literary must be defined a priori so that it can be studied, since almost always the definition, when based only on the propositional content, is inferior to showing; but it also does not mean that there are no gaps or possible tensions between the implicit understanding of what literature is and what is done with texts in the classroom². If such an understanding works as a kind of regulatory idea that opens the horizon of what can be said, it does not need to be watertight, since it often undergoes mutations with pedagogical practice, nor should it be asphyxiating, relegating texts to the role of example. In any case, however problematic and provisional the connection between theoretical image and teaching activity may be, the relationship is nevertheless sufficiently structuring to be operational. Even in the most extreme cases, as in excessive eclecticism, in the total lack of rigor, it will always be possible to identify an underlying notion, in this gelatinous case, without defined contours, that of literature as a kind of MMA. There are already two consequences here preliminary to be pointed out. First, obviously, different positions in relation to the literary will imply dissimilar didactic actions; with the exception of anachronisms, those teachers who stopped in time (or who never entered it), teaching reflects, in one way or another, the broader debate of literary theory, especially in relation to incompatible basic concepts. Making such divergences evident to students is important for them to be able to consciously engage in this dispute, based on their own judgment, and not as a result of co-optation by a more engaged or seductive teacher. Secondly, in this light it makes no sense to speak of “teaching techniques” in literature. Didactic procedures do not exist in a vacuum, they are not neutral tools, but they are necessarily linked to the theoretical representation that the performance in the classroom both exemplifies and tensions. This is important because, among other things, it marks the separation between the area of Letters and Education: the latter, in the absence of knowledge of the lines of force that make up the field at present, has nothing to say about teaching of literature.

<http://www.rjelal.com/7.4.19/476-482%20Dr.D.SUMALATHA.pdf>

Da intransitividade do ensino de literatura

Fabio Akcelrud Durão,
Unicamp

Qualquer prática de ensino de literatura acontece sob o pano de fundo daquilo que se concebe que seja seu objeto. Isso não significa que o literário deva ser definido a priori para que possa ser estudado, pois quase sempre a definição, ao basear-se somente no conteúdo proposicional, mostra-se inferior ao exhibir; mas também não quer dizer que não haja hiatos ou possíveis tensões entre a compreensão implícita do que é a literatura e o que se faz com os textos na sala de aula². Se tal compreensão funciona como uma espécie de ideia reguladora que abre o horizonte do dizível, ela não precisa ser estanque, uma vez que frequentemente sofre mutações com a prática pedagógica, nem deve ser asfixiante, relegando os textos à função de exemplo. Seja como for, por mais problemática e provisória que se mostre a conexão entre imagem teórica e atividade docente, a relação é ainda assim suficientemente estruturante para ser operacional. Mesmo nos casos mais extremos, como no ecletismo desmesurado, na total falta de rigor, sempre será possível identificar uma noção subjacente, neste caso gelatinosa, sem contornos definidos, a da literatura como uma espécie de valeduto³. Já aqui há duas consequências preliminares a ser apontadas. Em primeiro lugar, obviamente, diferentes posições em relação ao literário implicarão atuações didáticas dissimilares; excetuando-se os anacronismos, aqueles professores que pararam no tempo (ou que nunca entraram nele), o ensino reflete, de um modo ou de outro, o debate mais amplo da teoria literária, especialmente em relação a concepções de base incompatíveis entre si. Deixar tais divergências evidentes para os alunos é importante para que sejam capazes de inserir-se nessa disputa de modo consciente, a partir de seu próprio julgamento, e não em decorrência da cooptação por parte de um docente mais engajado ou sedutor⁴. Em segundo lugar, sob este prisma não faz sentido algum falar de “técnicas de ensino” da literatura. Os procedimentos didáticos não existem em um vácuo, não são ferramentas neutras, mas estão necessariamente atrelados à representação teórica que a atuação em sala de aula tanto exemplifica quanto tensiona. Isso é importante, pois entre outras coisas marca a separação entre a área de Letras e a da Educação: esta última, na ausência de um conhecimento das linhas de força que compõem o campo no presente, não tem o que dizer sobre o ensino de literatura.

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/viewFile/29035/21199>



Quando o carro é roubado, o procedimento habitual é ir à delegacia registrar um boletim de ocorrência; para um caso como este, felizmente, não há como envolver a polícia. Tenho que confessar que minha primeira reação foi de raiva, seguida de um desejo de denúncia ampla; logo percebi, porém, que essa atitude não seria produtiva e não levaria a lugar algum, pois o ultraje, por necessariamente mobilizar um âmbito moral, é um afeto de pouco alcance. Me dei conta, pelo contrário, de que seria muito mais profícuo transformar essa experiência em objeto, e para minha surpresa encontrei elementos suficientes que justificassem uma reflexão mais demorada, porque este evento de plágio envolve uma gama exuberante de níveis de significação, que merece ser analiticamente destrinchada. O primeiro deles não é acadêmico mas merece menção dada o insólito da coisa toda: como a autora (que aliás já tem um nome bastante engraçado como a suma da lata) encontrou meu texto? Como chegou até ele, como o escolheu? É no mínimo seguro supor que há uma geopolítica das línguas em jogo, pois o português deve ter parecido subalterno o suficiente para a minha autora para ocultar o ato da cópia. O segundo refere-se ao interessante descompasso entre um suposto cuidado mínimo da eleição e a absoluta falta de qualquer trabalho com o texto traduzido. O plágio por definição contém em si um teor de homenagem, pois deve selecionar seu objeto perante uma série de outros,¹ mas aqui isso se choca com o automatismo da apropriação. Este pode ter sido o artigo mais rápido da história (*fast science!*): Dr. Sumalatha marcou o artigo inteiro, fez um *copy-paste* no Google Translate, inseriu umas poucas referências bibliográficas não mencionadas no texto, converteu em PDF, e mandou para publicação: dois minutos tudo, fazendo com calma. A prova de que não houve uma leitura propriamente dita está na reprodução de um erro no começo do segundo parágrafo, que começa assim: “Gostaria de discutir neste capítulo [artigo] algumas noções básicas que delineiam meu entendimento do que é a literatura, que representam resultado de uma atuação de vinte anos no magistério superior, bem como apontar para as implicações que trazem para o ensino.” (226) O texto havia sido inicialmente escrito como um capítulo para o livro editado por André Cechinel e Cristiano de Sales, *O que significa ensinar literatura?* (Editora UFSC; Ediunesc, 2017); como o livro deveria atrasar, a publicação em revista apareceu como uma possibilidade de discussão prévia. O processo de revisão falhou, não eliminando a palavra “capítulo”, o que também não foi feito pela plagiadora indiana: “I would like to discuss in this chapter [article] some basics that outline my understanding of what literature is, that represent the result of a twenty year performance in higher education, as well as pointing out the implications they bring to teaching” (476). Esse não é o único sinal de desleixo; um outro particularmente interessante está nos números que apontam para notas de rodapé. Eles não estão em sobrescrito, o que sugere que o procedimento foi o de copiar o PDF original e colar em um documento Word, o que faz com que os números sobrescritos percam a sua formatação. O texto final não foi nem mesmo minimamente revisado. As únicas modificações em relação ao original foram a eliminação das notas de rodapé e das referências bibliográficas (Adorno, Todorov etc.), e inclusão de outros 9 itens, nunca mencionados no texto, e com uma relação bastante tênue quanto ao ensino de literatura. A razão para isso se deve ao fato de eu só citar autores nas notas de rodapé; no corpo do texto

¹ Um amigo me deu a ideia de incluir no Lattes, na seção de “Outras Produções”, sob o título de “artigo plagiado”.

mantive somente a indicação de alguns textos meus. Se outras obras não fossem mencionadas, restaria apenas o Durão na bibliografia, o que nos leva à conclusão de que foram inseridas por um princípio estético. Em suma, mesmo a homenagem foi porca (o que, devo confessar, me entristeceu).

Como explicar que um chorume como esse possa ter se tornado uma publicação? A resposta é que, a rigor, isso não aconteceu. O artigo plagiador não é uma publicação, ou melhor, somente o é em um sentido bem específico a ser determinado. Para saber como um artigo pode não ser um artigo é necessário pensar um pouco sobre o que é um *predatory journal*, um termo cunhado em 2010, do qual o *Research Journal of English Language and Literature* é um bom exemplo. Em abril de 2019, 43 pesquisadores de 10 países encontraram-se em Ottawa para debater o fenômeno das revistas predatórias, chegando à seguinte definição, publicada na *Nature*, o exato extremo oposto de confiança e rigor acadêmico: “Predatory journals and publishers are entities that prioritize self-interest at the expense of scholarship and are characterized by false or misleading information, deviation from best editorial and publication practices, a lack of transparency, and/or the use of aggressive and indiscriminate solicitation practices.”² É interessante que os autores se apressem a acrescentar que não dispomos de uma regra já pronta que garanta a classificação de uma determinada revista como predadora, pois há várias gradações nas práticas científicas, procedimentos diversos que variam segundo a área, a disciplina e mesmo o objeto de pesquisa; felizmente isso não precisa nos preocupar muito, porque o escopo do engodo no nosso caso é tão completo, que sugere uma definição bem mais simples: uma revista predadora é um simulacro de veículo de publicação, que se coloca como academicamente válida, quando na realidade é um esquema para ganhar dinheiro. Já logo na entrada da chamada “revista” lemos:

Open access publishing is not without costs. RJELAL therefore charges (See Below) as Article Processing Charge for each article accepted for publication after double-blind review. We routinely waive charges for authors from low-income countries. For other countries, article-processing charge waivers or discounts are granted on a case-by-case basis to authors with insufficient funds. Authors can apply for a waiver or discount during the submission process.

_____Research Article, Review & Short Communications: For Indian Authors 2000Rs/For Others 100US\$ (online only),

_____Research Scholars/Students from India (Proof mandatory) without any financial support: 1800Rs (for Online only)

_____Express mode: 3000Rs for Indian Authors, 150\$ for Others (Publish within 72 hours) online only*

_____For Printed copy: 750Rs (Indians)

_____For Others: one printed copy 45US\$ + Shipping charge depending upon origin country.

* contact editor for more details & Conditions Apply

(<http://www.rjelal.com/>).

² <https://www.nature.com/articles/d41586-019-03759-y>

A edição fechada atual, Vol. 8, Issue 2.2020 (April-June) contém 59 artigos. Deixo ao leitor o prazer de fazer os cálculos de quanto a revista pode faturar por semestre, sempre lembrando que a receita inclui a tarifa de produção expressa (que faz lembrar a famosa “taxa de urgência” na cultura brasileira), bem como a impressão dos artigos.³

O estelionato intelectual em jogo aqui pode ser descrito como um princípio de troca de capital econômico real por capital simbólico fajuto. É essa lógica que vale a pena analisar com calma. Do ponto de vista do destinatário, podemos distinguir duas vítimas do embuste. A primeira é o Autor Incauto, uma pessoa que acredita na autopromoção da revista como veículo de mérito acadêmico. Esse grau de ingenuidade pode parecer inverossímil, mas ele muda um pouco de feição quando temperado por um tipo peculiar de *phishing*: uma mensagem enviada pela revista com o nome específico do endereçado, expressando admiração e interesse por uma publicação sua qualquer disponível online, cujo título é expressamente mencionado, e convidando a submissão de um texto. Lisonjeado ao receber essa demonstração de reconhecimento, o Autor Incauto envia o artigo, recebe prontamente um aceite (deve haver uma mensagem padrão pronta com os elogios), para em seguida ser notificado do detalhe da taxa, que afinal de contas não é tão alta e faz parte da política da revista (afinal, está no site para todos verem). O outro tipo é o Acadêmico Salafrário, alguém que tem consciência da patifaria da revista, mas mesmo assim faz uso dela para ludibriar. É possível supor que na maioria dos casos a mutreta não vise a leitores de fato, mas ao aparato burocrático: ter algo que se possa chamar de publicação, que possa contar como número em algum documento, seja um relatório de atividades, um pedido de promoção, projeto de pesquisa, ou currículo. Isso ocorre em total indiferença em relação aos leitores – ou, mais precisamente, em “oposição” aos leitores. Não é o caso que o autor não se importe que ninguém o leia, ele tem “esperança de que ninguém o faça”. A questão não é a de se ter pouca visibilidade, mas a de intencionalmente evitá-la, para que o número possa existir em sua perfeição e pureza, não sendo contaminado por qualquer tipo de conteúdo. Visitando o site do *Research Journal of English Language and Literature* é difícil encontrar a aba para o arquivo da revista; o “previous issues” está escrito em letras minúsculas, como aquelas que contêm truques em contratos.

A oferta de capital simbólico se dá por meio uma série de elementos ostensivos, verdadeiramente fascinantes. Vai aqui uma pequena lista: 1. o “Research” do nome da revista (outro favorito de revistas predatórias é “International”); 2. a publicação das fotos dos autores ao lado de cada texto; 3. o uso despudorado de “Dr.”; 4. o “fator de impacto” de 6.8992, que é apresentado duas vezes e fica piscando como um neon de boate; 5. um link com o gráfico de citações do Google Scholar; 6. sob a aba de “Journal Menu” encontramos os itens “aims and scope” (este último se esforçando para não impor limites), “editorial board” (sim, existe um comitê editorial), bem

³ A mesma tabela é repetida em outra aba com um pouco mais de justificção. “RJELAL is an initiative to provide International Platform for quality research papers. We cover the costs partially through article processing fees. Our expenses are split among editorial costs, electronic composition and production, journal information system, manuscript management system, electronic archiving, overhead expenses, and administrative costs. Moreover, we must cover the costs of publishing the accepted article plus the cost of reviewing articles the journal reject. **Note: Once the payment was done, it was not refunded in any circumstances/Printed copies dispatched only after releasing the entire issue (after 15 days from the date of issue)**” <http://www.rjelal.com/Author%20Guidelines.html>



como um “abstract-indexing”, incluindo 14 fontes de indexação e 4 bases de medição de fator de impacto; 7. por fim, a revista esforça-se para deixar claro que não tolera práticas de plágio. Em sua página de apresentação deparamo-nos com a seguinte advertência:

NOTE: The submission must not have been previously published, nor should it be under consideration for publication elsewhere. We also have a strict policy against plagiarism. The plagiarism is checked through two methods: reviewer check and plagiarism prevention tool. All submissions will be checked by online software before being sent to reviewers. Editor in Chief having the right to publish or reject the article in pre or post publication.

Este esforço para demonstrar respeitabilidade não resiste a um mínimo de atenção crítica. Há algo de singelo e ingênuo, quase tocante, na vontade de conquistar algum renome com “research” ou “international” nos títulos da revista. O mesmo pode ser dito das fotos e até mesmo da ostentação do título de doutor, que não precisaria ser mencionado em um ambiente no qual todos fizeram doutoramento. O fator de impacto, por outro lado, é a parte mais sofisticada da tapeação. Ele é conferido pelo *International Citation Index of Journal Impact Factor & Indexing* (<http://www.internationalcitationindex.org/certificate.php>), um obscuro site com sinais gritantes de amadorismo, a começar por sua apresentação:

INTERNATIONAL E-LIBRARY OF JOURNAL IMPACT FACTOR & INDEXING was started by group of renowned academician & researchers from various countries in different disciplines with specific objective of providing quality information to the researcher. INTERNATIONAL E-LIBRARY OF JOURNAL IMPACT FACTOR & INDEXING offering academic database services to researcher. Its mainly: citation indexing, analysis, and maintains citation databases covering thousands of academic journals, books, proceedings and any approved documents. All of these are available via International E-Library Web of Journal Knowledge database service.

Para além do péssimo inglês, note que não são nomeadas nem pessoas nem instituições. O e-mail de contato, assim como o do *Research Journal of English Language and Literature*, é uma conta de Gmail. Em suma, trata-se de um indexador fake para sustentar a falcatura das revistas predadoras, e com isso percebemos que o ardil adequa-se bem a um funcionamento em rede. O meu trabalho de detetive ficou por aqui, mas o leitor está convidado a continuar a investigação, por conta própria, sobre a autenticidade das outras 14 fontes de indexação e 4 bases de medição de fator de impacto. Como alguns dos logos são difíceis de decifrar, não faltará trabalho de decifração.

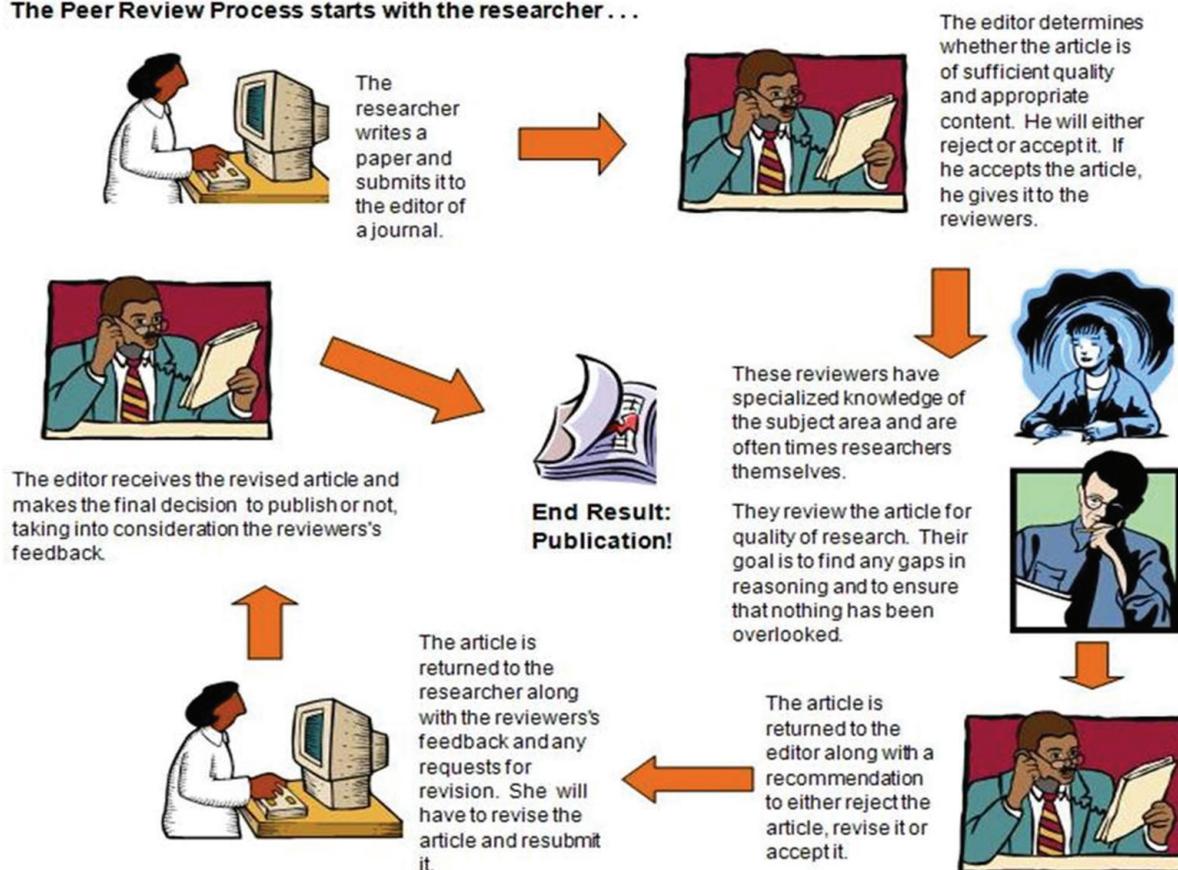
Por outro lado, esse grau de engambelação não pode ser aplicado ao Google Scholar, que pode ser uma plataforma com seus problemas, mas é confiável. Os números de citações mencionados na conta da revista são verdadeiros. O problema é que a revista consta como se fosse um pesquisador. As 75 citações registradas em 2019, seu ano de maior impacto, abrangem todos os artigos da revista citados durante esse ano, um número que já seria pífio sem a abrangência do Google Scholar, que reconhece referências nas fontes mais diversas, que dirá se fossem restritas a revistas sérias – os detetives de plantão podem procurar quantas das citações vêm da própria revista ou de outras revistas predadoras irmãs. Quanto ao “Editorial Board”, sua existência não deveria ge-

rar surpresa alguma, pois é bastante difundida, mesmo em veículos sérios, a prática de fornecer o nome de modo proforma, sem gerar vínculo de fato com a revista. É possível que alguns dos membros da comissão editorial não façam muita ideia da enrascada em que se meteram.

Deixei para o fim o contraste mais delicioso, o do plágio da nossa autora e a representação que a revista oferece de seu processo de submissão:

All review papers in this journal have undergone editorial screening and double blind peer review.

The Peer Review Process starts with the researcher . . .



Fonte: <http://www.rjelal.com/images/Review.JPG>

A discrepância dispensa comentários.

O *Research Journal of English Language and Literature* é somente uma das dez revistas editadas pela KY Publications (<http://www.kypublications.com/>), uma empresa privada especializada em publicar qualquer coisa. Ela também desova livros, para os quais há chamadas (e.g. <http://www.kypublications.com/Call%20for%20Book%20Articles%20%20Arts.pdf>); como se esperaria, o tema é amplo a ponto de não ter sentido: uma barganha por 1.850 rúpias.

O que concluir da análise dessa experiência de plágio? Inicialmente, vale fazer um reparo à analogia entre o carro ausente e o texto seu de outro, pois se no primeiro caso o sentimento que se segue à perplexidade é o desprazer da perda e do prejuízo, no caso deste plágio, depois do choque vem o riso. O caráter tosco da execução do plágio, bem como a ridícula tentativa de

conferir dignidade acadêmica a textos desprezíveis só pode ser cômica. Porém o hilário aqui vem junto da desonestidade e desfaçatez, pois não se deve esquecer que as revistas predatórias são mecanismos de obtenção de lucro às custas de uma adulteração total do trabalho acadêmico. Um professor de universidade que publica um texto em uma delas e o registra como produção em um relatório comete uma fraude, independentemente de ter consciência disso. Não adianta combater essa indústria da trapaça de cima para baixo, a partir de alguma instância superior (como disse no começo, nada de polícia aqui), porque regras gerais o suficiente para abarcar a diversidade de práticas de publicação necessariamente contêm brechas que podem ser exploradas. A oposição a essa patifaria deve vir, pelo contrário, da própria comunidade. Quanto maior for a densidade do debate em uma área, quanto mais nítidos forem seus contornos, os veículos de difusão, a direção na qual se move, em suma, quanto mais coesa ela for, tanto menor será o apelo de publicações como o *Research Journal of English Language and Literature*. Para dar um exemplo de medida concreta possível: quando um pesquisador, em algum processo de avaliação, exibir um artigo em uma revista predatória, este deveria não apenas ser ignorado, mas implicar uma *pontuação negativa* e algum tipo de punição. O simples fato de que publicações como essa existem já dá testemunho da fragilidade da comunidade científica da Índia.

Há, porém, ainda outra utilidade para essa experiência de plágio. O abismo entre a ambição de prestígio e a falcatrua da prática é tão patente, que esse tipo de revista pode funcionar como uma espécie de *horizonte normativo negativo* a partir do qual seria possível julgar nossas ações corriqueiras e costumes acadêmicos. Ao descrever o funcionamento do logro no *Research Journal of English Language and Literature*, acabei tocando em atitudes que não são tão distantes assim daquilo que fazemos. Este caso de plágio poderia funcionar como aviso ou farol para detectarmos tendências semelhantes, ainda que muito atenuadas, no contexto brasileiro. Dar o seu nome para constar na comissão editorial de uma revista com a qual você não se relaciona pode não gerar mal algum, mas pode também validar práticas editoriais que você não aprovaria se as conhecesse. O mesmo pode ser dito a respeito do financiamento de livros por parte de autores. Com razoável frequência recebo mensagens de editoras se oferecendo para publicar textos em troca de dinheiro, e exibindo muito pouca preocupação com a qualidade acadêmica. Este aqui é só um exemplo entre muitos: <https://www.jurua.com.br/publique.asp>. Note-se que a editora, assim como outras com mesmo perfil, esmera-se em deixar claro que satisfaz todos os critérios de excelência da Capes, o que é completamente crível. A revista predatória como horizonte normativo negativo permite, portanto, que julguemos nossas ações de maneira a afastarmo-nos dela. Isso significa que, diante de uma editora como a Juruá (de novo, tomada ao acaso) é necessário que determinemos o quanto e em que ela difere do *Research Journal of English Language and Literature*. Os pontos centrais, porém, são bem claros: uma economia de capital simbólico dissociado de teor intelectual, assim como a vinculação cada vez mais estreita do mundo acadêmico ao do dinheiro.

Para acabar, um último ajuste à comparação com o roubo de carro. O melhor desfecho para este último é a restituição rápida do veículo, preferencialmente sem dano, deixando como memória somente o susto ou talvez uma história para contar. No caso do plágio, a lógica é mais complexa, pois se por um lado não existe, estritamente falando, uma reparação possível, por

outro a perda nunca é total. Fiquei sabendo deste caso de cópia pelo Google Scholar: como cito textos meus no artigo original, recebi um aviso, pois a nossa autora estava então fazendo referência a publicações minhas. A insensatez derradeira dessa experiência bizarra, bastante reveladora de uma realidade acadêmica geral, é que se eu notifico a revista a respeito do plágio e ela retira o artigo copiado da internet, perco uma citação na contabilidade do meu perfil no Google Scholar. Foi então que me ocorreu a saída ideal: convidar a Professora Doutora Donipati Sumalatha para plagiar este texto que você acabou de ler, pois assim ela ganhará mais uma publicação para seu currículo e eu mais uma citação no Google Scholar. Com sorte, o processo poderá ser repetido, gerando um looping que garantirá publicações *ad infinitum* para nossas carreiras. Dificilmente ela terá dificuldades com o rigoroso processo de avaliação do *Research Journal of English Language and Literature*, uma vez que participa de seu “Editorial Board” (<http://www.rjelal.com/Editorial%20Board.html>).

Entrevista com Fabio Akcelrud Durão

Nabil Araújo – Fabio, antes de começar, gostaria de cumprimentá-lo pelo texto aqui apresentado: colocando em suspenso a raiva e a indignação admitidamente sentidas logo de início, você teceu uma reflexão a um só tempo aguda e bem-humorada acerca do plágio internacional de que seu artigo foi alvo, tocando, ademais, em pontos sensíveis também no que concerne ao funcionamento do sistema de publicações acadêmicas no Brasil. No regime de *publish or perish* a que estamos todos submetidos na Universidade há um bom tempo, o imperativo da produtividade bibliográfica choca-se constantemente com um outro, o do controle rigoroso da qualidade acadêmico-intelectual do que se faz publicar, abrindo-se aí uma brecha para o oportunismo de editoras e revistas “predatórias” em busca do dinheiro do que você chama de “autores incautos” e de “acadêmicos salafrários”. Os primeiros se diferenciariam dos últimos pela crença “na autopromoção da revista como veículo de mérito acadêmico”. Apesar de seu argumento no texto, mantenho a percepção de que a ingenuidade do autor aí dito incauto é inverossímil, seu comportamento revelando, antes, uma autoindulgência refratária aos protocolos e normas acadêmicos de produção e publicação de textos que o leva, então, a conscientemente tomar o referido “atalho” para a produtividade bibliográfica. O “simulacro de veículo de publicação” de que você fala não passaria, desse modo, do correspondente editorial do “simulacro de vida acadêmica” em que se deixam enredar muitos alunos e não poucos professores em nossas universidades. Nessa perspectiva, pergunto-lhe: faz mesmo sentido apelar para uma maior “coesão” da comunidade acadêmica como antídoto às facilidades oferecidas pelos veículos predatórios? O que isso significaria, na prática, para além da punição necessária, por você estimulada, ao delinquente bibliográfico eventualmente flagrado em processos de avaliação? Como professores, orientadores e administradores universitários, não temos falhado, por exemplo, em prover ao nosso corpo discente uma formação acadêmico-intelectual sólida o suficiente para asfixiar a cultura do plágio que tende a florescer quase que naturalmente como extensão dos hábitos de leitura e de escrita nas mídias sociais hoje hegemônicas?



Fabio Durão – Eu diferenciaria dois objetos de reflexão aqui. Quando menciono a coesão da área como antídoto, ainda que parcial, à falcatrua, penso em um ideal de “nitidez” da área para consigo mesma. Nós temos uma representação clara de quais são as nossas melhores revistas, quais pesquisadores fazem o trabalho mais original, qual a direção na qual a área se move? Devido a uma série de fatores que não podemos analisar aqui, as Letras no Brasil, me parece, têm um caráter bastante difuso, que se por um lado confere liberdade, por outro facilita práticas questionáveis como o plágio ou a publicação paga. O interessante é que, sob esse ponto de vista, iniciativas de avaliação como o Qualis adquirem um aspecto inusitadamente positivo. A avaliação seria uma espécie de quebra-galho na ausência de um debate denso, porque na realidade a leitura dos pares é o mecanismo articulador mais eficiente. Seja como for, a área ganharia muito se refletisse mais sobre si mesma.

O segundo objeto que valeria a pena levar em conta é a naturalização do produtivismo, como quando os alunos de pós se referem aos trabalhos finais das disciplinas como artigos. Há obviamente um erro em se supor que é necessariamente viável transformar um confronto de quatro meses com um autor ou problema em uma publicação, que tão pouco esforço pode converter-se em uma contribuição para a área. E o pior é que muitas vezes isso é incentivado pelos próprios professores, e os trabalhos finais das disciplinas são aceitos por revistas. O ponto central aqui está na inversão do alvo, no fato de que ao invés de se ter em mente a experiência intelectual, temos uma estrutura de finalidade que culmina na publicação. Escrevi um livro chamado *Metodologia de pesquisa em literatura* no qual enfatizo essa ideia: não publique por publicar, vivencie o processo de leitura e escrita como válidos (e prazerosos) em si, e só considere o artigo ou livro depois de já ter algo em mãos. Parando para pensar, a gente se dá conta de que muitas vezes o que existe na cabeça do pesquisador é um artigo vazio que deve ser preenchido por algum conteúdo. Isso não parece um pouco uma estrutura de alucinação? Mas ponderando um pouco mais nos damos conta de que existe algo de objetivo nessa compulsão, pois quanto mais precarizado o trabalho acadêmico, tanto mais a imposição à publicação como um *a priori* se fará sentir. Em suma, então, aquilo que podemos fazer concretamente como pesquisadores, professores, orientadores ou administradores é, ao mesmo tempo, tentar apontar para a centralidade da experiência intelectual, e reconhecer que nosso poder de ação é limitado diante das pressões por que passa atualmente a experiência intelectual.

Nabil Araújo – Recentemente foram noticiados no Brasil casos escandalosos de fraudes em currículos acadêmicos de gestores públicos, incluindo um Governador de Estado e um Ministro da Educação, este nomeado mas não empossado justamente em decorrência do referido escândalo. Isso parece ilustrar muito bem os efeitos do que você chama de “uma economia de capital simbólico dissociado de teor intelectual”, algo que só tende a se agravar em vista do outro fenômeno por você evocado em associação ao primeiro, o da “vinculação cada vez mais estreita do mundo acadêmico ao do dinheiro”: se os referidos gestores, ao invés de simplesmente mentirem em seus currículos, tivessem devidamente “comprado” seus títulos, efetivamente trocando, desse modo, “capital econômico real” por “capital simbólico fajuto”, as fraudes curriculares dificilmente seriam identificadas e denunciadas como tais. Daí, aliás, a importância em se manter públicos, gratuitos e autônomos o sistema federal e os estaduais de ensino e de pesquisa universitários,

bem como os veículos de divulgação dos conhecimentos e discursos produzidos no âmbito desses sistemas. A coesão comunitária de que você fala em seu texto define-se também, talvez prioritariamente hoje em dia, pela defesa desse princípio, certo? O que fazer para que essa defesa não soe como mero corporativismo institucional a uma opinião pública cada vez mais permeável a pautas anti-intelectuais, anticientíficas, antiacadêmicas?

Fabio Durão – Excelente pergunta! Eu não tinha me dado conta desse parentesco entre o nosso caso de plágio e as várias fraudes acadêmicas na quais membros do governo estiveram envolvidos. Valeria a pena desdobrar os paralelos. De qualquer forma, acho que a sua pergunta já contém a resposta. Não adiantaria nada reclamar com a revista indiana, porque como entidade privada ela não tem *accountability* acadêmica, somente jurídica. Os conceitos de coesão da área e de experiência intelectual que mencionei acima aqui adquirem novas facetas, as da transparência e democracia. O aspecto público, gratuito e autônomo do ensino e da pesquisa a que você se refere são tanto pressuposto como resultado de democracia no trato com o saber. A crítica ao corporativismo, que deve ser bem vinda como crítica e não como condenação, deveria ser colocada justamente nesses termos, como um alerta à “privatização interna” da academia. A saída é a universidade ser cada vez mais pública, autônoma e gratuita; sugerir a privatização como resposta aos efeitos da privatização é um absurdo.

Nabil Araújo – Voltando ao problema da dificuldade de uma coesão da comunidade universitária em torno de padrões e protocolos comuns de produção e divulgação de conhecimentos, pensemos na habitual desconfiança dos acadêmicos das chamadas “ciências duras” em relação aos regimes retóricos do discurso acadêmico nas Humanidades, e vice-versa, a ponto de muitos ainda endossarem a célebre e polêmica cisão postulada por C. P. Snow no final dos anos 1950 entre as “duas culturas” (Ciências X Humanidades). O famigerado “Sokal affair” na década de 1990, que se deu justamente em torno da publicação de um artigo deliberadamente fraudulento escrito por um físico, Alan Sokal, num dos mais importantes periódicos acadêmicos norte-americanos de estudos culturais, a revista *Social Text*, no mínimo serviu para evidenciar fragilidades no processo de revisão acadêmica por pares no universo editorial das Humanidades. Em contrapartida, não são raras as acusações proferidas por acadêmicos das Humanidades de que as agências de fomento à pesquisa, ao se deixarem cada vez mais reger por critérios e parâmetros típicos ou mesmo exclusivos das “ciências duras”, atuariam no sentido de submeter uma das “duas culturas” ao regime de produção e divulgação de conhecimentos específico da outra, o que acarretaria, entre outras coisas, a supervalorização da publicação em periódicos em detrimento da publicação de/em livros, algo relacionável, podemos inferir, ao fenômeno da proliferação de revistas predadoras. Em que termos e em que medida você acha que as questões em torno da clássica cisão entre as “duas culturas” (Ciências X Humanidades) na Universidade impactam os fenômenos editoriais a que você se refere no seu texto?

Fabio Durão – Bom, não resta dúvida de que a revista indiana faz o máximo que pode (embora isso seja pouco e porco) para mostrar uma adequação a critérios científicos de excelência, o

que contribui para o cômico da história toda. Mas creio que o cerne da oposição entre ciências exatas e humanidades no contexto dessa nossa discussão reside no problema da verificabilidade. Um experimento determinado tem que poder ser reproduzido em outro lugar e tempo gerando o mesmo resultado. Na nossa área, o que mais se aproxima disso é a aplicação de teorias a textos literários, o que bem frequentemente é enfadonho e estéril. De modo algum isso significa que não haja descobertas nos estudos literários, mas elas se apresentam sob a forma de “ideias”, que não são separáveis dos “argumentos” que mobilizam, nem do “estilo” que alimentam. É por isso que uma descoberta de peso nos estudos literários poderá muito mais facilmente ocorrer em livro do que em artigo. O desafio que temos nas Letras é não adotar modelos extrínsecos, mas encontrar modos de expressão para essa nossa ecologia de pensamento, que ainda precisa ser clarificada para nós mesmos. Quanto mais nítida ela for, tanto mais fácil será construir uma autorrepresentação adequada da área, e assim imaginar mecanismos propícios de avaliação, bem como elaborar um discurso eficaz de legitimação social. E não é que demos um círculo e chegamos ao começo de nossa conversa?